

Por Renan Fagalde  
Especial para *O Papel*

# UM NOVO OLHAR SOBRE O PESO DOS TRIBUTOS

Em meio ao clima das reformas, entra em pauta, por intermédio do deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da reforma tributária, nova proposta de mudanças para o complexo e custoso sistema tributário nacional. O parlamentar está otimista sobre a possibilidade de aprovação da proposta, que deve ser votada até outubro

A missão de encontrar uma solução ideal para mudar ou melhorar o sistema tributário nacional e reduzir o peso dos impostos sobre os investimentos e a produção no Brasil não será nada fácil, apesar do otimismo do deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da Comissão Especial para Reforma Tributária no Congresso. “É preciso entender que se trata da reforma de um sistema plantado na Constituição, muito extensa em matéria tributária e extremamente complexa. Nesse modelo tributário, o País acabou repartindo as competências, criando um sistema de tributação em três esferas para um mesmo fato gerador: União, estados e municípios, muitas vezes em conflito entre si”, explicou o professor Eurico Marcos Diniz De Santi, coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em entrevista concedida para a revista *O Papel* na edição de abril/2015.

Em entrevista à repórter Caroline Martin, ele disse que, em sua visão, o caminho ideal para a reforma do sistema tributário seria a criação de um único imposto nacional, capaz de eliminar todos os outros pertinentes às três esferas atuais. Ressalvou, porém, que “dificilmente a União abriria mão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); os estados, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), e os municípios, do Imposto Sobre Serviços (ISS), em prol da criação de uma única base para simplificar a tributação em todo o território nacional”.

José Luis Ribeiro Brazuna, colunista da revista *O Papel*, especialista em Direito Tributário e fundador do Bratax, também vê como desafio o arranjo federativo e a distribuição da arrecadação entre os entes federados. “A essência do problema não está na arquitetura tributá-



O deputado estadual Itamar Borges (PMDB), de pé, fala na abertura do evento na Assembleia Legislativa de São Paulo

ria, mas na absoluta desconfiança de União, estados e municípios em alterarem as regras de redistribuição das receitas tributárias arrecadadas”, disse.

Outro ponto complexo apontado pelo advogado é a barreira que o sistema tributário atual representa aos novos investimentos. “Nesse quesito, o Brasil encontra-se em último lugar no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial. Esta classificação é péssima, quando vista por quem quer entrar no país, pois representa uma barreira quase intransponível, mas, por outro lado, torna-se maravilhosa quando observada por quem já está aqui. Isto, porque ela acaba por impedir a competição e impossibilita a entrada de novos agentes econômicos”, destacou.

Haully reforça o ponto de vista de Brazuna, dizendo que o atual modelo tributário do Brasil é “o pior do mundo”. (Veja quadro “Tributação no mundo”) Para ele, o caminho da reforma tributária seria uma espécie de “reengenharia tributária”. Em sua proposta de simplificação do sistema está a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o Imposto Seletivo Monofásico e um Imposto de Renda Único, “mas sem alterar impostos sobre propriedade ou a contribuição à Previdência Social.”

O projeto, todo lastreado e inspirado no Simples, para micro e pequenas empresas, contempla o fim dos impostos sobre exportações e investimentos em bens de ativos fixos. “Hoje, quem investe R\$ 10 milhões em máquinas, por exemplo, gasta mais de R\$ 3 milhões com impostos”, frisou Haully durante a audiência pública do dia 22 de maio último, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), para tratar do tema da reforma tributária no evento “Reforma tributária – para o Brasil crescer e distribuir renda com justiça social”.

Organizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo da Alesp, presidida pelo deputado estadual Itamar Borges (PMDB-SP), o evento contou com a participação de representantes empresariais e de classes, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), entre outros.

Borges, assim como Haully, diz-se otimista em relação aos avanços da reforma tributária neste ano, pelo fato de que o ritmo será ditado mais pela necessidade do que pelas preocupações políticas ou eleitorais de 2018. “A renegociação das dívidas dos estados e municípios também pode dar um reforço ao processo da reforma



DIVULGAÇÃO

O deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) está otimista com o andamento da reforma tributária, da qual é relator

tributária, sem contar que o sistema do ICMS, essa carga tributária altíssima, está insustentável, e os estados e municípios começam a enxergar isso”, afirmou Borges. O deputado federal Haully completou: “Ou se faz isso (a reforma tributária), ou não se consegue crescer, e aí irão falir os estados e o sistema. Consequentemente, o País irá quebrar”.

A reforma tributária é complexa por si só, e a crise política não colabora com o andamento das questões. Por isso, o deputado Borges afirma: “Quanto mais discutirmos, melhor serão as propostas. Neste momento de crise, precisamos ter foco”. Ele continuou destacando os maiores pontos da proposta, como a resolução de problemas estruturais, por meio de uma reforma que estimule o crescimento, melhore o ambiente de negócios e promova a justiça social. “Temos de simplificar, desonerar, combater a sonegação e enfrentar a guerra fiscal”, concluiu Borges.

A fim de solucionar a discordância das três instâncias de poderes – União, estados e municípios –, destacada por De Santi, e chegar a um novo modelo tributário do Brasil, Haully adotou em sua proposta uma estratégia de “junção de forças” e garantiu que nos primeiros cinco anos nenhuma dessas autarquias perderá ou arrecadará mais do que vem contabilizando. “Cada estado, município e a União terão um percentual dos três tributos e

serão sócios do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), do Imposto Seletivo Monofásico e do Imposto de Renda (IR). Então, se o tributo crescer no geral, todos crescerão juntos”, resumiu o relator da proposta na Comissão Especial para Reforma Tributária no Congresso.

Se, no papel, a proposta de reforma tributária atualmente em trâmite parece boa a empresários e entidades, resta saber se é o momento certo para submetê-la à votação no Congresso Nacional. Haully é cauteloso em não querer colocar sua proposta de reforma tributária em pauta antes que as demais reformas avancem, contudo, ele acredita que até outubro a proposta será realmente votada.

Na avaliação de Brazuna, o melhor movimento para fazer avançar o processo da reforma tributária seria constituir uma comissão especial, tal como foi feito em relação a outras mudanças legislativas relevantes, como no caso da aprovação do novo Código de Processo Civil. “Dá-se um prazo curto para a conclusão dos trabalhos: quatro a seis meses, no máximo, e a questão central é convencer o Congresso a focar na discussão com apoio do empresariado, que busca a reforma para elevar a competitividade mundial e para atrair investimentos e crescimento”, concluiu. ■

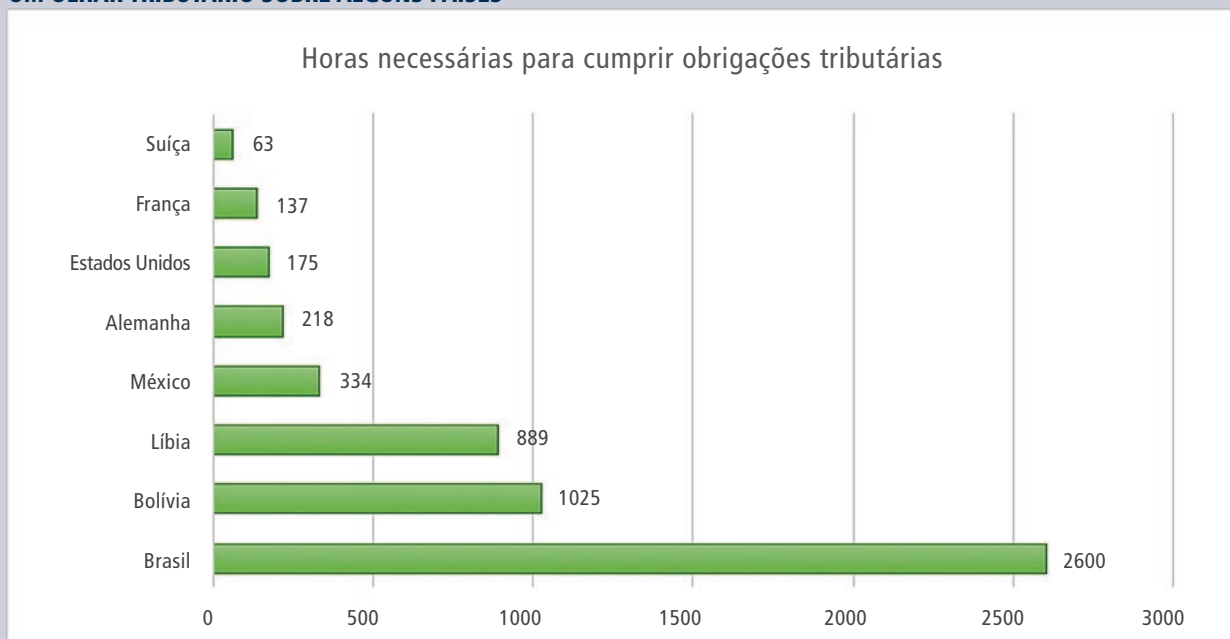
## TRIBUTAÇÃO NO MUNDO

Tomando a tributação internacional como exemplo, Eurico Marcos Diniz De Santi, professor coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressalta que cada país tem um sistema tributário próprio, o que torna muito difícil sua comparação. Ainda assim, é possível perceber a inviabilidade do enorme sistema tributário do Brasil, com inúmeras competências. “Vemos uma estrutura federativa assim, com tantos municípios, na Índia – péssimo exemplo ao Brasil. Um exemplo para nós seria a Alemanha, onde praticamente só a União arrecada e reparte entre estados e municípios”, destaca ele.

No estudo *Paying Taxes 2015*, realizado pela PricewaterhouseCoopers (PWC), no qual está baseada a tabela em destaque para demonstrar alguns comparativos de horas exigidas para o cumprimento das obrigações tributárias em cada país, observa-se que a Bolívia é o vizinho mais próximo do Brasil. Mesmo assim, as 2.600 horas/ano consumidas pelas empresas no Brasil para dar conta de atender a tudo o que o sistema tributário nacional exigia em 2015 ultrapassam em mais de 100% o tempo consumido da mão de obra boliviana pelo seu sistema tributário local.

Na prática, conforme explicou De Santi em sua entrevista a *O Papel* em abril de 2015, “a cada bobina de papel fabricada a empresa que vende essa mercadoria tem de pagar Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – Imposto Federal, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – também federais, mas destinados à assistência social –, Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) – para os estados – e, muitas vezes, Imposto Sobre Serviços (ISS) – para os municípios. São mais de três formulários preenchidos para a submissão a mais de três fiscalizações e interpretações de inúmeras legislações distintas para vender uma bobina de papel. Tais legislações entram em conflito e contradição entre si, o que gera um contencioso monumental”.

### UM OLHAR TRIBUTÁRIO SOBRE ALGUNS PAÍSES



Fonte: Tabela baseada no estudo *Paying Taxes 2015* da PricewaterhouseCoopers (PWC)